



Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 25.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM N.º 27/80

Curitiba, 06 de abril de 1980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo datado de 19 de março de 1980, de renovação do Convênio de Auxílio e Cooperação n.º 214/78, celebrado em 10 de novembro de 1978, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de TAPEJARA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM N.º 28/80

Curitiba, 06 de abril de 1980

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 28 de agosto de 1979, entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, objetivando definição do apoio a ser dado ao CEIPOT pelo Governo do Estado, tendo em vista a elaboração do Programa Integrado para o Corredor de Exportação de Paranaguá.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM N.º 29/80

Curitiba, 06 de abril de 1980

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 21 de março do corrente ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante especificados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a participação dos municípios signatários no "PROGRAMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO" composto do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS":

Município	N.º do Convênio
Almirante Tamandaré.	01/80 - COMEC
Araucária.	02/80 - COMEC
Balsa Nova.	03/80 - COMEC
Bocaiúva do Sul.	04/80 - COMEC
Campina Grande do Sul.	05/80 - COMEC
Campo Largo.	06/80 - COMEC
Colombo.	07/80 - COMEC
Contenda.	08/80 - COMEC
Mandirituba.	09/80 - COMEC
Piraquara.	10/80 - COMEC
Quatro Barras.	11/80 - COMEC
Rio Branco do Sul.	12/80 - COMEC
São José dos Pinhais.	13/80 - COMEC

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM N.º 30/80

Curitiba, 06 de abril de 1980

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 28 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Planejamento e os municípios adiante especificados, objetivando a recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas caídas em outubro e novembro de 1979:

Município	Nº do Convênio
Barbosa Ferraz	03/80
Boa Esperança	04/80
Cândido de Abreu	05/80
Catanduvas	06/80
Céu Azul	07/80
Chopinzinho	08/80
Clevelândia	09/80
Coronel Vivida	10/80
Dois Vizinhos	11/80
Faxinal	12/80
Goioerê	13/80
Grandes Rios	14/80
Imbituva	15/80
Itambé	16/80
Itapejara do Oeste	17/80
Jardim Alegre	18/80
Marechal Cândido Rondon	19/80
Marilândia do Sul	20/80
Mariópolis	21/80
Medianeira	22/80
Ortigueira	23/80
Realeza	24/80
Reserva	25/80
Salgado Filho	26/80
Salto do Lontra	27/80
Santa Izabel do Oeste	28/80
São João	29/80
São Jorge do Oeste	30/80
Tamboára	31/80
Toledo	32/80
Verê	33/80
Vitorino	34/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

OFÍCIO:

Sob o nº 46/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

111/79: Do Senhor Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a "Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.300 — Anote-se. Arquite-se.

TELEX: AOS SENHORES PARLAMENTARES PARA TOMAREM CONHECIMENTO, NOS SEGUINTE TERMOS:

INFORMAMOS DURANTES MÊS MARÇO LIBERAMOS Cr\$ 3.242.000,00 PARA OBRAS CENTROS SOCIAIS URBANOS PARANAGUAH VG JARDIM ALEGRE VG CAMPO MOURÃO VG ALTO PIQUIRI VG PALOTINA ET BARBOSA FERRAZ PT

MARCOS VINICIUS VILAÇA

DIRETOR DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL S.B.S. L/34
BRASILIA — DF

Ciente

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. ARTHUR OSCAR MOMBACH, suplente de Vereador do Distrito da Sede de Alvorada, na Cidade de Cascavel, ocorrido no dia 11 próximo passado.

O extinto era pessoa muito querida no seio da família cascavelense.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, dê um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido na semana próxima passada, do Sr. ESTEVÃO FIDRICHESKI, um dos pioneiros do Município de Pérola D'Oeste, e pessoa de alta estima daquela comunidade.

Outrossim, requer que do presente se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Clélio Bagetti, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. NAGIB VIVIAN, ocorrido tragicamente em data de 11 do corrente.

Tratava-se de pessoa muito estimada e relacionada na sociedade de Toledo, sendo merecedor de alto conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO ARTUR VALKER, ocorrido tragicamente em data de 11 do corrente.

Tratava-se de pessoa muito estimada e bem relacionada na sociedade de Toledo, sendo merecedor de alto conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO PEDRO

FINKLER, ocorrido tragicamente em data de 11 do corrente.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade de Toledo, sendo merecedor de alto conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ARTUR OSCAR MOMBACK, ocorrido tragicamente em data de 11 do corrente.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade de Toledo, merecedor de todo o conceito, deixando uma lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. ABIB VIVIEN, Líder comunitário da Cidade de Cascavel, ocorrido no dia 11 próximo passado.

O extinto era pessoa muito querida no seio da família cascavelense.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado aos Senhores Governadores de Rotary Internacional dos Distritos 464 e 463, respectivamente Leomar Kaminski e Mário Dal Ry, votos de congratulações pela realização em Curitiba da reunião Bidistrital de todos os Rotary Clubs do Estado do Paraná, de acordo com o programa:

- Dia 18 — Inscrições - 9:00 às 17:00 (vão até dia 20 às 12:00).
Sessão solene de abertura, no Teatro Guaíra - 20:00.
Discursos oficiais. Entrega do título Companheiro Paul Harris ao Governador NEY BRAGA. Noite de arte: Orquestra Sinfônica da UFPR e Coral Universitário. Corpo de Baile do Teatro Guaíra.
- Dia 19 — Sessões de trabalho - 8:30 às 12:00; 14:00 às 17:00.
Almoço — 12:30.
Jantar de confraternização — 20:00 (Res. Novo Madalosso, Santa Felicidade).
- Dia 20 — Sessões de trabalho - 8:30 às 12:00; 14:00 às 17:00.
Almoço: 12,30.
Grande Jantar de encerramento - 20:00 (Clube Curitibano).
Baile - a seguir ao jantar, no mesmo local.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) CYRO MARTINS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja consignado em ata da sessão de hoje, um voto de congratulações pela fundação da Associação Brasileira de Criadores de Caracu e Blonde d'Aqui-

taine, tornando-se a primeira entidade do gênero com sede em Curitiba e a que se propõe a contribuir diretamente para o melhoramento do gado bovino brasileiro, através da fusão de sangue entre o Caracu e o Blonde d'Aquitaine, originários do mesmo tronco.

Requer ainda, que o voto seja extensivo aos Drs. João Felipe Chaves Loureiro e Jorge Mathias Júnior, articuladores da novel entidade, e eleitos, respectivamente, Presidente e Primeiro Secretário da mesma, na Assembléia Extraordinária, realizada sábado último nesta Capital, com a presença de representantes de criadores e técnicos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e São Paulo.

Comunique-se à entidade, a consignação deste voto de congratulações, em sua sede provisória, à avenida Getúlio Vargas n.º 3557.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) ROMERO FILHO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 18/80, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres Arnaldo Jansen, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder do PMDB, indico os Srs. Deputados:

NESTOR BAPTISTA

JOSÉ TAVARES, como membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o DETRAN.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) RENATO BERNARDI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Educação, solicitando providências no sentido de preencher as vagas de professores, existentes no Grupo Escolar e Escola de Comércio de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

Até a presente data os alunos deste educandário não vêm tendo aulas de diversas matérias o que posteriormente irá causar sérios transtornos, tanto aos alunos como aos dirigentes daquela entidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados urgentemente "telex" aos Excelentíssimos Senhores Oswaldo Roberto Colin, Presidente do BANCO DO BRASIL S.A. e ALÉSSIO VAZ PRIMO, Diretor da Carteira Agrícola do mesmo Banco, reivindicando a imediata liberação dos financiamentos à suinocultura, através do Posto Avançado do BANCO DO BRASIL S.A. — Agência de Quitandinha, Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Os suinocultores do Município de Quitandinha, confiando no recebimento dos financiamentos solicitados, já investiram antecipadamente recursos em trabalhos de terraplanagem e mangueirões e agora, sem a liberação dos financiamentos, estão sem saber o que fazer diante dos credores, criando-se uma situação realmente desagradável e deveras angustiante.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SANEPAR, solicitando a implantação do serviço de abastecimento de água, no Distrito de Altamira, Município de Palmital.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, visto o Distrito de Altamira, contar atualmente com mais de 20.000 habitantes em sua Zona Rural e mais de 4.000 habitantes em sua Zona Urbana. Além disso a situação geográfica do Distrito de Altamira é acidentada ficando em uma das partes mais elevadas do município, daí das dificuldades para a perfuração do solo, o que motiva nosso pedido para a implantação do serviço de abastecimento de água por intermédio da SANEPAR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

No dia de hoje, completa um ano do desaparecimento do insígne paranaense Cid Campêlo.

Na intenção de relembrá-lo e homenageá-lo, seu filho, Dr. José Cid Campêlo, fez publicar, pelo Jornal "Gazeta do Povo" alguns de seus escritos, cujos temas reputa como eternamente atuais.

Tomamos grande atenção ao conteúdo da publicação e através dela tivemos nossa memória avivada e nos conduzimos à lembrança da figura do grande homem público que o nosso Estado perdeu há já um ano.

É oportuno referir, uma vez mais, ser lastimável que a morte o tivesse abatido, quando ainda se poderia esperar muito de sua força moral e capacidade de trabalho.

Cid Campêlo, exerceu com a maior dignidade todas as funções e cargos que lhe foram atribuídos neste Estado, sem perseguir recompensas e sem temor a desventuras.

Possuía virtudes que reputamos como fundamentais: prudência, temperança, coragem e espírito de justiça.

O brilho de sua inteligência, ainda hoje, norteia seus amigos e seguidores.

E é por motivos como os afirmados, que nesta data, na intenção de perpetuar sua memória REQUEREMOS a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo que anexamos, para que, perenemente, seja registrada a admiração de um grande filho dedicada a tão ilustre pai.

Outrossim, requer ainda, que da decisão desta Casa e do inteiro teor deste requerimento, seja dado conhecimento ao autor do artigo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) RENATO BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. General Adalberto Massa, M.D. Delegado Regional do Trabalho, solicitando imediatas providências no sentido de que se realize o funcionamento do Posto do Ministério do Trabalho de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão possui atualmente 220 empresas de médio, grande e pequeno porte, além de grande número de empresas em toda a região, dado que Campo Mourão é sede da Micro Região da COM-CAM, e por este motivo, grande é o número de acordos a serem homologados naquela cidade.

Há mais de três meses que o Posto daquela cidade não vem funcionando a contento, obrigando os empresários a se deslocarem de Campo Mourão e outras cidades da Micro Região até Maringá, localidade mais próxima, para efetuar ditas homologações ou acordos trabalhistas.

Neste sentido a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão já enviou expediente ao Excelentíssimo Sr. General Massa e hoje vimos referendar o pedido aludido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

1. que a indústria automobilística brasileira já vem colocando no mercado interno veículos movidos exclusivamente a álcool;
2. que no País já existem inúmeras retíficas autorizadas a promoverem a conversão dos motores movidos a gasolina, para funcionarem a álcool;
3. que inúmeros postos de atendimento foram autorizados a comercializarem álcool, estrategicamente localizados, e que para o corrente ano serão abertas em todo o País cerca de 2.000 bombas para distribuírem o produto a ser consumido por veículos auto-motores;
4. que atualmente a gasolina vendida contém vinte por cento de mistura de álcool e que vem ocasionando sérios transtornos aos proprietários de automóveis, tais como: problemas com o reservatório de combustível; problemas com a bomba; problemas com a carburação; redução da vida útil do motor, pois os carros atuais não foram projetados para funcionarem com essa mistura de combustível, provocando prejuízos, pois os veículos necessitam com mais frequência de assistência mecânica;

REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, expediente solicitando a imediata retirada da mistura de álcool da gasolina, a razão de vinte por cento, porquanto, com as últimas medidas tomadas pelo Governo Federal no setor energético e com o desenvolvimento do Plano Nacional do Álcool, torna-se dispensável tal mistura, o que virá seguramente acabar com grande parte dos problemas mecânicos nos veículos auto-motores, sem contudo prejudicar a política governamental em relação ao consumo de derivados de petróleo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário do Deputado Federal Norton Macedo, Presidente da Comissão Provisória do PDS.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia de hoje, completa um ano do desaparecimento do

insigne paranaense Cid Campelo. Na intenção de lembrá-lo e homenageá-lo, seu filho, Dr. José Cid Campelo, fez publicar pelo jornal "Gazeta do Povo", alguns de seus escritos, cujos temas reputa como eternamente atuais.

Tomamos grande atenção ao conteúdo da publicação e através dela tivemos nossa memória avivada, nos conduzimos à lembrança da figura do grande homem público que o nosso Estado perdeu já há um ano.

É oportuno referir, mais uma vez, ser lastimável que a morte o tivesse abatido, quando ainda se poderia esperar muito de sua força moral e capacidade de trabalho.

Cid Campelo exerceu com a maior dignidade, todas as funções e cargos que lhe foram atribuídos neste Estado, sem perseguir recompensas e sem temor às desventuras. Possuía virtudes que reputamos como fundamentais, prudência, temperança, coragem e espírito de justiça. O brilho de sua inteligência, ainda hoje norteia seus amigos e seguidores.

É por motivos como os afirmados, que nesta data, na intenção de perpetuar sua memória, requeremos à Sua Excelência, Sr. Presidente, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do artigo que anexamos para que, perenemente, seja registrada a admiração de um grande filho, dedicada à tão ilustre pai.

Outrossim, requer ainda que da decisão desta Casa e do inteiro teor deste requerimento, seja dado conhecimento ao autor do artigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Os monopólios são sempre nocivos à economia nacional. O primeiro problema é o do açambarcamento de produtos. O segundo, a manipulação de preços, permanentemente desfavoráveis ao produtor e ao consumidor. O terceiro, a sonegação de certos produtos ao mercado de consumo, em prejuízo da coletividade.

A população da região de Umuarama está sofrendo as consequências da política de açambarcamento da industrialização e da comercialização do leite por uma empresa, a Kamby, que, conforme é público e notório, pertence a um grupo estreitamente ligado ao Governador Ney Braga. Talvez por este fato é que a empresa não receia ser punida ante os abusos que comete.

Pondo em prática um sonho antigo, os pecuaristas da região fundaram uma Cooperativa de Produtos de Leite, e elegeram sua primeira diretoria. Essa entidade vem sofrendo, entretanto, dura e insidiosa campanha por parte da Kamby, que não quer perder o monopólio do produto. Em que pese a circunstância de que a empresa possui a indústria de beneficiamento em Londrina, Umuarama integra o conjunto de suas fontes de abastecimento de leite, motivo pelo qual a Kamby não admite concorrência nem mesmo dos próprios produtores. Daí, a guerra que move contra a cooperativa.

Além de querer açambarcar todo o leite produzido na Região de Umuarama, a Kamby não dá importância às necessidades dos produtores e consumidores, sobretudo das crianças. Por isso, não hesita em sonegar o produto pasteurizado, e pouco se incomoda com as reclamações dos prejudicados.

O conceituado jornal daquela região, "Tribuna do Povo", sob a corajosa direção de Valdir A. Costa e a editora de Francisco Juraci Bonato, vem de denunciar grave irregularidade.

Um comerciante, de nome José Roque, estabelecido à Praça Tamoio, de Umuarama, havia solicitado maior fornecimento de leite no sábado de Aleluia, a fim de poder atender, no domingo da Páscoa, às famílias consumidoras. Os entregadores garantiram que voltariam, sem falta, no domingo, sendo, portanto, dispensável esse reforço no estabelecimento. Mas, primaram pela ausência, e o comerciante inculcado foi alvo de indignadores protestos pelos consumidores. Levou esse fato ao conhecimento do jornal, que o denunciou.

Numa atitude de prepotência, a Kamby, em lugar de reconhecer o erro cometido e de reconhecer o prejuízo que ocasionara, vingou-se do comerciante José Roque pela suspensão de fornecimento de leite pasteurizado. Como a sua casa comercial era a única, no bairro, a abastecer as famílias, a Kamby está castigando as famílias que consomem o seu produto, sem importar-se com o drama das crianças que sofrem com a escassez do leite.

Juntamos a nossa voz às vozes de justo protesto das famílias lesadas, e interpelamos à SUNAB e à Delegacia de Economia Popular sobre a sua atitude de descaso e de indiferença em face do discricionarismo e da desfaçatez da Kamby. Relações de amizade de seus diretores com o Governador do Estado não constituem salvo-conduto para prejudicar o povo. Ao contrário: deveria haver maior rigor com os amigos do governo, sob o princípio de que a justiça começa em casa, para exemplo aos demais. Sem isso, o abuso e a prepotência contribuirão para a subnutrição de milhares de inocentes crianças, com consequências bastante danosas."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Tendo declinado, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesse instante, estamos desta tribuna para fazer referência a um homem que está lutando sempre ao lado do povo. Então, queríamos ler o requerimento que vamos apresentar. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER a inserção em ata de um voto de louvor e reconhecimento à atuação do DR. NELSON JORGE, superintendente do I.P.E. (Instituto de Previdência do Estado), pela maneira prestativa e eficiente com que procura atender e solucionar os problemas ligados àquele Instituto, dando um atendimento perfeito com toda dedicação ao funcionalismo do Estado, que necessitam de seus préstimos.

A manifestação pública, contida no presente requerimento, se faz oportuna e necessária, não só como tributo de agradecimento, como, também, homenagem estimulante a um homem público que dignifica o cargo e engrandece a administração estadual.

Aprovado o requerido, solicita o autor que a decisão deste Poder seja comunicada ao homenageado, ao Excelentíssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Recursos Humanos, acompanhada de cópias do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1980."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, Sr. Presidente, a Nação brasileira tem a oportunidade, através dos órgãos de imprensa, de ver a íntegra de uma nota do Ministério da Agricultura em que relata a passagem do aniversário do primeiro ano que se deu prioridade à agricultura brasileira.

No entender do Governo, após ser selecionado para a administração como prioridade a agricultura brasileira, houve dentro dos critérios administrativos e político-administrativos uma particular atenção à agricultura nacional.

De fato, Sr. Presidente, em momento algum, na vida nacional, passou a população, os produtores, os consumidores, governo e oposição, a falar-se, a discutir-se, a analisar-se, o processo agrícola e pecuário do Brasil, como neste último ano.

Diz a nota do Ministério que a agricultura brasileira, por

ter tido do governo a prioridade, vai muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um homem do meu partido, um Deputado Federal deste Estado que, por seus méritos, por seus conhecimentos, assumiu Presidência da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, tem um ponto de vista diametralmente oposto ao que diz o último Ministro da Agricultura.

O Deputado Nivaldo Krugger faz uma denúncia à Nação que também, hoje, está nos jornais, discordando totalmente daquilo que o Ministério da Agricultura pretende dizer, ou seja, de que o Governo Figueiredo atribuiu prioridade não só na argumentação. Mas, de fato, atribuiu prioridade à agricultura.

Desejo transcrever aqui e comentar a denúncia que o Deputado Nivaldo Krugger, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, faz à Nação e abrir a possibilidade de discorrer sobre esse assunto que, efetivamente, tem muita importância. E que, para muitos, é a única possibilidade de superarmos a crise nacional, de superarmos a própria crise inflacionária.

Diz o Deputado Nivaldo Krugger: "Suspeito haver nos meios oficiais um complô para convulsionar a agricultura e o campo brasileiro. As medidas concretas impostas à agricultura desmentem as intenções anunciadas pelo Senhor Presidente da República de apoio e prioridade agrícola."

Aí estão os fatos:

Trigo, foi solicitado o preço de Cr\$ 850,00 por saca, sendo concedido o de Cr\$ 710,40, inferior à remuneração necessária, gerando, como consequência a redução de 40 a 50 por cento do plantio.

No Paraná, a tricultura movimenta 40 bilhões de cruzeiros e emprega 160 mil pessoas. Com a redução no plantio, 64 mil pessoas ficarão sem trabalho!

Enquanto nega-se Cr\$ 850,00 à saca para o produto nacional, paga-se Cr\$ 1.027,00 para o produto estrangeiro!

O mesmo ocorrendo com a safra anterior, quando se pagou Cr\$ 324,00 pela saca do produto nacional e Cr\$ 600,00 pelo produto estrangeiro!

O valor básico de financiamento não cobre os investimentos, pois a concessão foi de apenas 80%.

E hoje, Sr. Presidente, o jornal local "Correio de Notícias", publica uma afirmação do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Paraná, Sr. Eugênio Stefanello, em que retrata e corrobora a afirmação do Presidente da Agricultura da Câmara Federal. Diz ele:

"Com a disposição da APAZEM de não plantar se o Governo não ceder no valor básico de custeio, toda a produção para o próximo ano..."

Dessa forma, a única saída é o Governo adquirir o estoque de sementes, e explicou Stefanello: "O prazo para o plantio do trigo está no final, os técnicos não aconselham que ele seja efetuado a partir de 1.º de abril, porque a quebra da produção aumenta. No ano passado, mais de 70%, de um milhão e seiscentos mil hectares destinados ao plantio do trigo no Paraná, já estavam com a cultura em crescimento. Até agora, apenas 15% desta área está ocupada com o trigo e prevê a imprensa de que teremos no Paraná, só no trigo, um prejuízo da ordem de 11 bilhões de cruzeiros."

Portanto, fica desmistificada a prioridade agrícola do trigo. No leite, diz o Presidente da Comissão de Agricultura:

"O mesmo ocorre com o leite cujo tabelamento impõe ao produtor brasileiro, preços inferiores ao seu custo, e por outro lado, autoriza-se a importação do leite e da manteiga. Essa política levará o setor ao colapso e o consumidor a pagar elevados preços pela escassez."

O leite, Sr. Presidente, transforma-se até em piada nesta Nação. A revista "Isto É", diz o seguinte, na última semana:

"Além de extinguir o Imposto de Exportação sobre a soja, seus derivados e outros produtos menos importantes na pauta do comércio, o Conselho Monetário Nacional decidiu, na reunião de 2 de abril, autorizar a importação de 50 mil toneladas de leite em pó e 5 mil toneladas de manteiga, compras,

avaliadas em 70 milhões de dólares.

Segundo técnicos do Governo, 40 mil toneladas de leite deverão bastar para a normalização do abastecimento, número compatível com aquele estimado há poucas semanas, por empresários do setor.

Depois de um ano de quase sem compras externas de leite, 4 mil e 500 toneladas foram adquiridas em 1979. O País, volta a sofrer uma severa quebra da produção interna insuficiente para a formação de estoques reguladores. Também no caso do leite, o Governo teve que enfrentar uma guerrilha com os produtores. Os pecuaristas, durante uns dois meses, lutaram para obter maiores preços. Houve muitas reuniões com funcionários do Governo. Um grupo especial foi formado para estudar o assunto e propor uma política geral para produção e abastecimento.

O estudo foi preparado e encaminhado à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, e ao longo de todo esse processo, o Governo conseguiu fazer cera, empurrando o problema dos preços com a barriga.

Os produtores ameaçaram boicotar o abastecimento e de fato, a oferta de leite, em algumas cidades, foi reduzida no mês de março. Finalmente quando se esperava uma solução para o preço o Governo apareceu com a proposta de unificação dos tipos, deixando os pecuaristas sem ação por mais alguns dias.

A pressão parece, finalmente, haver produzido algum efeito. O aumento deverá sair no dia 16 e segundo se espera, os novos preços para os Tipos B e C e intermediário, deverão ser divulgados dia 8, terça-feira, a menos é claro, que o Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Carlos Viacava possa apresentar um novo argumento protelatório, concebido no longo feriado da Semana Santa.

Parece improvável, no entanto, que as autoridades queiram prolongar por muito mais tempo, a novela do leite. Seria lamentável se, inspirados no exemplo dos plantadores de soja, os pecuaristas invadissem as cidades com rebanhos de vacas, fazendo-as estacionar nas ruas centrais.

A maioria das cidades brasileiras — diz a revista — não está preparada para esse tipo de impacto."

Na realidade, a novela do leite se transformou em piada. Mas, continua a denúncia do Presidente da Comissão de Agricultura.

"O que acontece com o arroz? O preço do arroz nacional, estipulado em Cr\$ 411,00 a saca, obrigou os produtores paranaenses a reduzirem de 800 mil hectares para 450 mil a área de cultivo, deixando a indústria de beneficiamento com 60% de sua capacidade produtiva ociosa e milhares de pessoas sem trabalho.

A solução, será também a importação de arroz, como aliás já está sendo feita neste País. E o café? O que acontece com o café?

Da saca de café vendida a dez mil e quinhentos cruzeiros no portó, retira-se Cr\$ 6.500,00 em forma de tributos, taxas, além é claro, do famigerado confisco, restando ao produtor apenas a quantia de Cr\$ 4.000,00.

É uma política entreguista que descapitaliza a lavoura e empobrece o Estado e restringe a fonte de trabalho. E nós temos aqui também nos jornais de hoje o depoimento do Presidente da Comissão Brasileira de Cafeicultura, Sr. Garibaldi Reali, que diz, que no próximo ano haverá falta de café, tanto para o consumo interno como para o externo.

Na reunião que tivemos em Maringá, diz Reali: "Fizemos um levantamento onde ficou provado que falando com otimismo nossa produção não passará das 14 milhões de sacas". Quando o Governo afirma que a produção será de 22 milhões de sacas, diz Reali, comentando que a lavoura ainda não teve condições de se recuperar das geadas e secas, que vem se repetindo desde 75. E afirma, que a próxima florada em agosto e setembro, é que pode dar uma boa safra a que se está colhendo, agora, nem é colheita é mera catação."

E o que acontece, Sr. Presidente, com a suinocultura. Impede-se a produção de vacina nacional através de uma portaria, da última portaria proferida pelo Ministro da Agricultura passado, Ministro do Governo Geisel, que proibiu a fabricação de vacina pela indústria nacional e, hoje, importa-se vacina para a nossa suinocultura, a preços exorbitantes. E não fosse isso, Sr. Presidente, traríamos aqui o depoimento da Associação de Suinocultores Paranaenses, que afirmam o seguinte: "No momento em que a carne bovina escasseia no mercado, inclusive cogitando-se de sua importação, a suspensão de crédito de investimento para a suinocultura, ou a limitação drástica de recursos disponíveis, como está ocorrendo no Banco do Brasil e demais, além de prejudicar ainda mais o suinocultor, já castigado por problemas de INPR, peste suína africana, escassez de milho e outros, tal política também prejudicará as anunciadas medidas governamentais de panela cheia e combate à inflação."

"Devemos lembrar, afirma o Engenheiro Osvaldo Aranha, Coordenador Técnico da Associação Paranaense de Suinocultura, devemos lembrar neste momento que o principal substitutivo da carne bovina é a suína, e que esta atividade, portanto, deveria ser altamente estimulada, respondendo, assim, aos anseios nacionais de aumento da produção da proteína animal e simultaneamente criando bases reais para a fixação do homem ao campo."

E em recente pronunciamento no Congresso Nacional, afirmou o ex-Presidente do MDB paranaense, Euclides Escalco: "Daí advém a constante crise com que se deparam os suinocultores. O Governo não encara esta faixa da produção com a seriedade necessária."

No mês de maio, para exemplificar, o preço do quilo de suíno era de Cr\$ 18,00 e a chamada pauta para efeito de cobrança de imposto estava fixada a Cr\$ 26,00.

Por este fato o Governo admite que o preço justo seria Cr\$ 26,00, pois sobre este valor cobrou o imposto. Mas o agricultor recebeu dos frigoríficos a importância de apenas Cr\$ 18,00, num flagrante desrespeito para com os produtores. E é desta forma com que o Governo tem atendido aos que, com imensas dificuldades, tentam dar sua contribuição para o progresso do País.

E nos financiamentos para a agricultura o que acontece? Eleva-se o custo do dinheiro de 15 para 38%, contam-se recursos para investimentos e concede-se financiamentos à especulação a juros financiados, digo, a juros subsidiários. Por exemplo, um trator ao final do prazo máximo de financiamento custa mais em juros que seu próprio valor.

O que ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a soja. Os protestos e as ameaças das cooperativas do sul do País forçaram o Governo a retirar o confisco, é verdade. Forçaram, mas, Sr. Presidente, misteriosamente para conturbar a vida dos produtores e dos sojicultores, de uma hora para outra surge a notícia, não se sabe de onde, em todos os jornais, de que haviam sido tabelados o preço do farelo de soja, do óleo e de outros derivados da soja, fazendo com que bruscamente numa manobra espúria, o preço do produto interno caísse violentamente. Manobra que os produtores atribuíram ao Governo, e que o Governo atribuiu à indústria.

Ora, este Governo, Sr. Presidente, que fecha uma simples padaria porque aumenta o pão; este Governo que fecha jornais porque não admite a crítica; este Governo que prende até amigos paraguaios quando chegam ao Brasil para lançar um livro; este Governo que tudo pode, porque não pune então, se atribui às indústrias que propagaram esta notícia mentirosa!

Mas este Governo cala, este Governo se omite e este Governo emudece como lamentavelmente a bancada que defende este Governo, que propala a prioridade da agricultura, quando se fala aqui em agricultura, lamentavelmente não comparece para o debate, para a discussão e para trazer soluções a este mesmo Governo que hoje a Nação brasileira constata, está pretri-

ficado, aterrorizado, porque o arbítrio, porque a prepotência, porque o orgulho, porque a insensibilidade da tecnocracia não encontra mais saída.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Vossa Excelência tem pautado nesta Casa, pela linguagem da oposição e o pronunciamento que Vossa Excelência faz hoje da tribuna, com relação ao quadro da agricultura no Brasil, é um pronunciamento que tem a minha solidariedade.

Quero que Vossa Excelência me permita, mas gostaria de subscrever o seu pronunciamento. A agricultura brasileira, desde 1969, quando o atual Ministro do Planejamento assumiu a Pasta da Fazenda, o Brasil tinha uma posição excelente no quadro da agricultura, podia-se afirmar excelente. Um País que exportava milho; em 71, 72 e 73 o Brasil chegou a exportar em 73 até 200 mil toneladas de carne. Na cafeicultura nós tínhamos no mercado internacional um quadro que se poderia afirmar excelente.

Nós, do Brasil, participávamos no mercado internacional com mais de 50% do consumo lá fora, com o estoque interno de aproximadamente 70 milhões de sacas de café.

Hoje, o Brasil perde para a Colômbia que, naquela época, não tinha dois milhões de sacas no mercado internacional. Hoje, a Colômbia, em 79, exportou quase doze milhões de sacas e o Brasil não atingiu onze. E esta afirmação que Vossa Excelência fez da escassez do café, qualquer contratempo que venha a ocorrer, como já tem ocorrido tantos, o País não terá café para o consumo interno.

De forma que, infelizmente, um Brasil que exportava milho, carne, café e tantos outros produtos da agricultura, hoje está importando, todo sem exceção, um potencial de mão-de-obra ociosa. O Brasil hoje é um grande proporcionador de "bóias-frias", de gente desesperada à procura de trabalho, de gente que não tem trabalho, sem profissão, pode-se afirmar. Porque o "bóia-fria" sempre lutou e não aprendeu outra atividade.

O SR. NILSO SGUAREZI — É marginalizado.

O Sr. Pinto Dias — Marginalizado. Infelizmente, nobre Deputado, para tristeza não sei de quantos brasileiros, a política com relação a agricultura, sinceramente, não acredito que tenha alguém que esteja em condições de entender e analisar como o quadro realmente se apresenta. Eram estas as considerações que queria fazer.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e Vossa Excelência até, com alguma clarividência, permite-me dizer, vislumbrou onde queria chegar. Vossa Excelência falou que nos últimos dez anos a agricultura está em colapso. Tenho aqui, nobre Deputado, um quadro da produção de grãos brasileiros dos últimos dez anos. A retrospectiva de 1969, da safra 69-70 à safra 79-80. Não tenho, evidentemente, do café. Mas seria até desnecessário citar porque nós, paranaenses, conhecemos perfeitamente o quadro da cafeicultura. Mas tenho, por exemplo...

O Sr. Pinto Dias — Só uma colaboração em seu raciocínio, o Brasil exportou em 73, quase 200 mil toneladas de carne. Não é preciso afirmar a ninguém que vaca, que boi, não é soja. Que carne não é feijão. Seguramente leva de uma matriz para o abate, de cinco a seis anos. Ora, se o Brasil em 1973 tinha um mercado equilibrado e com superavit, para exportação, é porque há alguns anos esta atividade vinha atuando para atingir estas condições.

Hoje, nobre Deputado, para este ano de 1980, estamos com uma carência de um milhão e 400 mil toneladas de carne para o consumo interno. O Brasil só não pode mais comprar carne no Uruguai, na Argentina etc., porque o custo dela não há condições de colocar no nosso mercado.

A cafeicultura, o pecuarista, o agricultor, é um homem to-

talmente desativado. Vou fazer uma afirmação nesta Casa, e desde já desafio alguém para contestá-la. Só é cafeicultor, e pecuarista, aquele que não pode pagar o Banco do Brasil e aos Bancos dos quais ele está endividado, alguns anos, sabe lá até em que grau de compromisso ele está. Este é o agricultor que o Brasil tem. É aquele cujo compromisso no Banco do Brasil demanda desde 1970 e tantos. E o milagre brasileiro foi montado naquele período quando o Brasil tinha um estoque extraordinário, e que foi jogado no mercado externo a preços especiais.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço a Vossa Excelência. Mas dizia eu, a produção dos grãos, dos alimentos básicos da mesa do brasileiro, o arroz, o feijão, o trigo, o milho. Tínhamos uma produção, conseguimos uma produção na safra de 1969-70, de arroz, de 7 milhões e quinhentas mil toneladas de arroz, de 7 milhões e 500 mil toneladas. Esta produção caiu em 70/71. Recuperou-se em 72; caiu em 73; caiu assustadoramente em 74. Veio se equilibrando e agora, 10 anos depois, de sete milhões e 500 mil toneladas, passou apenas para nove milhões e quinhentas mil toneladas. Se nós computarmos o aumento populacional destes 10 anos, nós vamos ver de que efetivamente a produção do arroz não acompanhou o aumento populacional.

Feijão, eminentes Deputados, colhemos em 69, 70, dois milhões, duzentas e onze toneladas, para colhermos na última safra, que foi considerado muito boa, dois milhões, quatrocentas e trinta e sete toneladas, porque ainda na safra anterior, de 78, 79, colhíamos menos que em 69 e 70, quando conseguimos apenas dois milhões e cento e oitenta e sete mil toneladas.

Então, em 10 anos, o feijão praticamente permaneceu estável. E todos sabem de que o feijão é o prato básico do brasileiro. O milho: de 14 milhões de toneladas em 69 e 70, conseguimos atingir na última safra, 21 milhões de toneladas, tendo um acréscimo relativo. Porque em 78, 79, nós chegávamos apenas a 16 milhões de toneladas; e em 77-78, havíamos diminuído, atingindo apenas 13 milhões de toneladas. E o trigo, então, de um milhão e oitocentos e quarenta e quatro mil toneladas, chegamos na últimas, em termos relativos de três milhões de toneladas. Prevendo-se, para a próxima safra, com o desestímulo à triticultura, uma queda violenta neste setor. E podemos afirmar então pelas estatísticas, que um só produto efetivamente cresceu no Brasil, nos últimos anos, foi a soja.

Em 70, produzimos apenas um milhão e quinhentas mil toneladas. E atingiremos nesta safra, quinze milhões de toneladas, aumentando portanto dez vezes. Ora, Srs. Deputados, é fácil notar, que a soja tomou o lugar de muitos alimentos de muitos grãos essenciais à mesa do brasileiro. E a soja, Srs. Deputados, tem uma finalidade específica: foi estimulada pelo Governo para atingir a pauta de exportação, porque tem hoje no mercado internacional, uma boa cotação. Então o que se pode checar, o que se pode radiografar, da estatística da produção agrícola dos últimos dez anos, é de que, o que importa realmente para o Governo, e ele afirma, é exportar. O Governo não está preocupado com a mesa do homem brasileiro; o Governo está preocupado, Srs. Deputados, com a balança de pagamentos. E esta balança de pagamentos, como que se desequilibrou. Como que esta balança de pagamentos ficou em situação tão lamentável para o Brasil.

Srs. Deputados, foram as transamazônias, foram as obras faraônicas, porque enquanto falta, Srs. Deputados, pão, carne, leite, arroz e feijão na mesa do brasileiro, estão as estatísticas governamentais apontando quilômetros de asfalto; estão inaugurando palácios revestidos de mármore; então, Srs. Deputados, apresentando dia a dia, a intromissão do capital estrangeiro que tem sugado esta Nação. Por isso, podemos afirmar e radiografar a situação brasileira. O que importa realmente é o exterior, é a exportação; e não o interesse nacional, a alimentação do homem brasileiro; o custo social deste maldito "bóia-fria" que outra coisa não é, do que o resultado de uma política

agrícola desastrosa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado. No entanto, concede-lhe mais um minuto para concluir.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Parabéns, Deputado Nilso Sguarezi, porque o aspecto do feijão, por exemplo, levantamos à dias da tribuna, o agricultor só tem plantado para o consumo próprio. Porque, o dinheiro do financiamento normalmente é aplicado em outras coisas. O cidadão compra um carro, compra terras em Mato Grosso, mas não planta feijão.

O Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, em Londrina, homem despreparado para o cargo, diz que o Governo vai fiscalizar. Quero ver fiscalizar o poderoso Grupo Attala que, pelo percentual de área, terá que plantar mais de mil alqueires de feijão, já pegou a "grana" no Banco do Brasil de Porecatu, será que plantou os mil alqueires de feijão? Duvido.

O que é preciso haver é fiscalização. Esse negócio de "plante que o Governo garante" é piada de mau gosto, é idiótica, só para enganar o povo.

Tem-se é que plantar o "pau" nesses "delfins", nos "viacavas", nos "galveas", nos "stabiles" da vida, isso é que é preciso.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, nobre Deputado.

Concluo, Sr. Presidente, com as palavras do Sr. Presidente da Comissão de Agricultura:

"É preciso que o Governo não confunda a boa fé e a lealdade do agricultor com ingenuidade ou tolice.

O agricultor não é ingênuo, nem tolo e nunca recusou apelos para contribuir com o seu esforço, nem se esquivava a sacrifícios, correndo sérios riscos.

A agricultura não suporta mais onus e sua contínua descapitalização materializou-se mais uma vez pela política governamental, impondo preços que aumentaram, em média, 68 por cento, contra a inflação que já ultrapassa a casa dos 80 por cento."

"Nessa demonstração, diz o Presidente da Comissão de Agricultura, cumprio o dever para com a Nação, de denunciar fatos, comprovando e exigindo em nome do povo que representa, uma solução compatível com a realidade nacional.

Eximimo-nos da responsabilidade quando, amanhã, esses desacertos e incoerência, se não forem corrigidos urgentemente, levarem a Nação ao abismo da fome e da dependência alimentar.

Reitero a necessidade de se recuperar, com urgência, a confiança do produtor nacional, agora abalada pelas incertezas dessa incompreensível política que, ao que tudo indica, tem como objetivo conflagrar a vida rural brasileira."

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "Previl Clube - Clube Beneficente de Previdência", com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Responderam à chamada nominal 48 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/79, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "Associação Luterana de Guarapuava - Ação Social, Cultural e Recreativa", com sede na cidade de Guarapuava. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/79, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "Associação Filantrópica das Damas Rotárias de Andirá", com sede no Município de Andirá, Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 181/79), que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, um terreno rural de propriedade do Estado, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, solicitando o adiamento de votação do Projeto de Lei n.º 207/79, constante da Ordem do Dia, por três sessões, — **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

26 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado o requerimento.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ E OUTROS, que dá nova redação ao Art. 73 do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30/09/68 passando a vigorar como específica. (Disciplina as Sessões Ordinárias de Plenário). Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Verificando o processado desse projeto, notamos que ele não teve passagem pela Comissão de Constituição e Justiça, como prevê o Regimento Interno.

O Regimento Interno no artigo 196, diz que: esse tipo de Projeto de Resolução, que altera o Regimento Interno da Casa, pode passar pela Comissão Executiva recebendo o parecer, mas não exime e nem exclui a necessidade constitucional, de passar pela Comissão de Constituição e Justiça desde que se trate de um problema de natureza técnica, de indagação jurídica e de funcionamento desse Poder Legislativo.

Por esta razão, Sr. Presidente, é para levantar apenas a discussão e o debate sobre a matéria porque seria de forma precipitada a sua aprovação e odioso o seu encaminhamento, deixando a mercê da Comissão de Constituição e Justiça a deliberação sobre uma matéria de natureza técnica.

É uma ponderação que faço à Presidência, e solicito que seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, quero

crer, não pré-julgando, mas pelo senso de responsabilidade que tem na Comissão de Justiça, que haverá de dar o seu apoio mas, para evitar, o laivo de qualquer dúvida de inconstitucionalidade é que eu levanto essa questão Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, com relação a invocação do Deputado de inconstitucionalidade que, de acordo com o artigo 145 do Regimento Interno, diz: "a primeira discussão de um projeto de lei ou de resolução versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade e utilidade e será feita em globo."

De formas, com relação à Constitucionalidade deste projeto de resolução, na primeira discussão, já foi aprovado pela maioria no plenário.

Entretanto, nobre Deputado, atendendo solicitação do nobre Deputado, a Mesa enviará o referido projeto de resolução à Comissão de Constituição e Justiça. Atendendo unicamente à solicitação do nobre Deputado. Porque a constitucionalidade da presente resolução, está amparada no artigo 145 do Regimento Interno em deferência ao nobre Deputado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Nestor Baptista e José Tavares, como membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o DETRAN. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arthur Oscar Momback, ocorrido em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abib Vivian, Líder comunitário da cidade de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arthur Oscar Momback, ocorrido em Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nagib Vivian, ocorrido em Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Pedro Finkler, ocorrido em Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Arthur Valke, ocorrido em Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estevão Fidricheski, ocorrido em Pérola D'Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 18/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, encarecendo a imediata retirada da mistura de álcool da gasolina. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho, visando providências no sentido de que se regularize o funcionamento do Posto do Ministério do Trabalho, de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Romero Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela fundação da Associação Brasileiros de Criadores de Caruru e Blonde d'Aquitaine. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Governadores do Rotary Internacional dos Distritos 463 e 464, pela reunião Bidistrital de todos os clubes do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, visando providências no sentido de preencher as vagas de professores, existentes no Grupo Escolar e Escola de Comércio de Rio Azul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, com o apoio do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de louvor e reconhecimento à atuação do Dr. Nelson Jorge, Superintendente do I.P.E., pela maneira prestativa e eficiente com que procura atender e solucionar os problemas ligados ao referido órgão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Cid Campelo", publicado no jornal "Gazeta do Povo". — **Aprovado.** — (O artigo acha-se publicado no final desta ata). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente do Banco do Brasil e Diretor da Carteira Agrícola, reivindicando a liberação dos financiamentos à suinoculturas, através dos Postos Avançados do referido Banco. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, encarecendo a implantação do serviço de abastecimento de água no Distrito de Altamira, Município de Paimtal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo informações quanto ao pagamento às empreiteiras, sub-empreiteiras, modalidades contratuais. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta o nobre Deputado, que de acordo com o Regimento Interno, tem para discutir o presente requerimento, dezoito minutos.

Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A discussão deste requerimento estávamos ontem falando a respeito do Poder sem poder. Afirmávamos que não acreditamos que neste País, tenhamos sequer um Executivo forte. O Legislativo não tem vez e não tem voz; ou talvez tenha voz, mas a quatro paredes.

O Judiciário é dependente e o Executivo não é forte, como muitos apregoam. O que é forte é o sistema capitalista que monopoliza e é voltado para o capital estrangeiro.

É por isto que até em discussões a nível de nosso Estado, a nível de um requerimento de informações com relação à uma estatal de nosso Estado, estas considerações devem ser feitas.

Somos um Poder sem poder. Não podemos fiscalizar aquilo que é do povo. Aparentemente isto é um absurdo, mas se

olharmos os fatos de algum tempo para cá, veremos que, maquiavelicamente, isto foi montado exatamente para que ninguém, neste País, tenha o poder de decisão.

As nossas estatais não são fiscalizadas, nem por nós, do Legislativo, e creiam, Srs. Deputados, até pelo Executivo; porque o gigantismo de muitas empresas estatais, hoje, faz sombra inclusive ao próprio Executivo de nosso Estado.

A discussão era em torno de uma firma empreiteira: ADM. E já havíamos por alguns dados fornecidos inclusive pelo ilustre Deputado Luiz Alberto, e da impossibilidade inclusive de podermos chegar mais a fundo da questão, pela falta de poder deste Poder, que pouca coisa saberemos. E eu particularmente não poderei responder a alguns engenheiros do DER, que me afirmaram há algum tempo atrás, ser a firma ADM, incapaz. Inclusive quase que proibida de operar com o DER. Particularmente não poderei dizer alguma coisa sobre a ADM para os eminentes homens do PDS de Dois Vizinhos, que hoje ainda nos corredores desta Assembléia, a título de blague, diziam e afirmavam, perante outras pessoas: "Realmente vocês estão mexendo com a ADM. Se quiserem viremos depor aqui, como trabalhar 48 horas, com um trator, em apenas 24 horas. Verdade ou mentira? Será, como poderia eu, provar, afirmações de altos dirigentes de Salto Santiago, quando me diziam e afirmavam pessoalmente: "Que lá em Santiago, a ADM era uma firma não merecedora de fé. Não sei responder neste momento por Guarapuava e aqui, estão eminentes representantes daquele Município. Guarapuava que foi citada no dia de ontem, onde a ADM prestou serviços à Prefeitura. Por isso essa impossibilidade, o gosto amargo que fica para o Legislador, acredito de todos os partidos. Da sua impossibilidade". Repito: maquiavelicamente de uns tempos para cá foi se retirando do povo o poder de fiscalização das empresas estatais. Mas não foi apenas para que o povo não soubesse o que está ocorrendo lá; porque agora o próprio Governo que fez o gigantismo da estatal, está num processo de desmoralização dessas estatais. Sabia ele que mais dia menos dia, o Legislador iria pedir contas. E nós tememos muito, Srs. Deputados, de no fundo estarmos ao falar-se de COPEL ou de ELETROBRÁS, ao falarmos da PETROBRÁS ou de uma outra estatal qualquer, não estarmos prestando um desserviço à Nação. Porque no fundo o que se quer é este sistema político, e o que o sistema político implantado neste País quer, é a desestatização. Vejam, Srs. Deputados, se liga o escândalo da LIGHT a quem? À ELETROBRÁS, criada por Getúlio Vargas. Criam-se os Contratos de Risco para desmoralizar a PETROBRÁS. Srs. Deputados, os escândalos da Lutfala, estão diretamente ligados ao BNH. E assim vamos por aí fora. E talvez amanhã tenhamos se isto acontecer, o escândalo de uma empreiteira com a COPEL, sempre ligando os fatos; os fatos se ligando. Nós sem possibilidades de fato, de fiscalizarmos estas empresas...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Um momento. O povo de fato, sem condições de fiscalizar e de outra parte, o próprio Governo, permitindo escândalos ligados a empresas estatais.

Antes de passar o aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, passo ao Deputado Nelson Friedrich, que havia me sinalizado nesse sentido.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, somente gostaria de cumprimentá-lo pela maneira como conduziu o seu raciocínio, perfeito e condicionado à realidade palpável, mas antes de me ater tão somente a este aspecto gostaria de retornar um pouco a umas críticas que inclusive recebi ontem, quando estava na tribuna tratando desse assunto.

Embora não querendo trazer o assunto à baila e voltar a polemizá-lo, trata-se de um assunto de ordem pessoal, gostaria

só de trazer a esta Casa, porque me pediram ontem provas, por exemplo, quanto ao relato de uma matéria que dava o título de cidadão honorário ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, da época, Engenheiro Leonel Brizola, quando nós dizíamos que conceituados políticos do Paraná — e eu me penitencio por ter ignorado toda a extensão e o nome de tal pessoa, genitor de um dos grandes homens públicos desta Casa, Deputado que inclusive acaba de pedir o aparte, de que possua em mãos a prova de que talvez o tempo olvidou, que é o parecer ao Projeto de Lei 621/61, que leva a assinatura do Presidente Mário Faraco e do Relator, Deputado Cândido Machado de Oliveira Netto.

Talvez a Casa queira, ou quem se interessar, a Liderança do PDS, uma cópia que poderei ceder, para não colocarem dúvidas quando um homem da Oposição se encontra na tribuna e argumenta as coisas.

Tenho as provas que poderei ceder, provas que dizem que o relator Cândido Machado de Oliveira Netto relatou favoravelmente um projeto que concedia ao ex-Governador Leonel Brizola, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Provando que o tempo é de uma dinâmica extraordinária.

E por isso, mais para evitar que se coloque dúvidas, ou queira se contra-argumentar quando um Parlamentar se encontra na tribuna, principalmente se o Parlamentar é da Oposição.

Gostaria de encerrar esse aspecto e voltar então, ilustre Deputado, a essa sua argumentação caracteristicamente certa. Amanhã, ou depois, como já aconteceu em outro Estado, no vizinho Estado de São Paulo, teremos — contrariamente à decisão do próprio Tribunal de Contas de São Paulo, vendo uma ação popular tramitando durante anos e anos. Sofrendo todos os percalços e as tendências de muitos juízes, conseguiu-se com uma ação popular, resgatar-se valores que o atual Governador aplicara de maneira descomensurada, dando a jogadores de futebol veículos, numa doação que, por iníqua e ilegal, acabou por ação popular, sendo tal valor revertido aos cofres públicos.

Por isso, muitas vezes, as dúvidas aqui colocadas até sobre pareceres do Tribunal de Contas, passam a receber de nós uma análise mais profunda, porque fatos concretos já se repetiram em outros Estados.

E não devemos nos ater à decisões muitas vezes feitas em tribunais de contas que, bem sabemos, podem ter esta ou aquela vez, falhas humanas ou técnicas, como já estamos cansados de ver, porque muitas vezes foram trazidos, esses casos, a esta Casa. E, posteriormente, a Câmara tem que aprovar contra decisões do próprio Tribunal de Contas.

Logicamente, isso vem demonstrar a absoluta necessidade deste Parlamento, mesmo com decisões favoráveis do Tribunal de Contas, voltar à indagação, fiscalizar e, muitas vezes, reorientar os próprios gastos públicos.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço a Vossa Excelência e concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado, ontem, tivemos oportunidade de dialogar exaustivamente a respeito do assunto "COPEL e ADM".

Trouxe, aqui, as informações que julgava de meu dever, oferecê-las à Casa. Porque, pela primeira vez, vejo o eminente Deputado Nilton Friedrich, representante valoroso da Região Oeste do Paraná, a trazer uma prova. E a prova que traz é de que o ex-Deputado Cândido Machado de Oliveira Netto relatou, favoravelmente um projeto de lei concedendo título de cidadão honorário do Estado do Paraná, ao ex-Governador Leonel Brizola.

Também tenho em mãos a prova do que afirmei ontem, de que o Deputado Sebastião Rodrigues, ilustre ex-Presidente do MDB também na Comissão de Constituição e Justiça, votou favoravelmente, e depois a bancada do MDB votou, por unanimidade,

à concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Arturo Andreoli, um dos implicados no requerimento. E formulava, naquela ocasião, e é bom que se repita aqui, será que também para o Dr. Arturo Andreoli, naquela ocasião, os eminentes homens da Oposição, no seu dever de fiscalizar, não verificaram a honorabilidade pessoal, a honestidade, do então Presidente da COPEL, Dr. Arturo Andreoli? Eu para não fazer injustiça, creio que sim, creio que os homens da Oposição tiveram o cuidado de analisar o passado, porque é um dos requisitos que a lei impõe para a concessão do título de cidadão honorário a qualquer homenageado desta Casa.

Portanto, me congratulo com o eminente Deputado Nilton Friedrich que, pela primeira vez, traz uma prova e eu fico muito feliz em que seja lembrado nesta Casa, o nome do meu pai que aqui, por tantos anos, por dezesseis anos, foi Parlamentar e que seja lembrado desta forma, como um Deputado que relatava processos na Comissão de Constituição e Justiça. Não sei se outros Deputados que por aqui passaram, pudessem também ter um rol de atividades parlamentares a ser exibida em plenário.

Mas, feito este aparte, para responder à colocação do Deputado Nilton, quero voltar ao tema central da sua intervenção na tribuna, para concordar integralmente com o que Vossa Excelência acaba de dizer.

Ontem, após o debate de matérias de menor importância, quando a imprensa inclusive já havia se retirado desta Casa, nós travamos realmente um debate sério a respeito de um assunto momentoso.

Vossa Excelência terminava o expediente de ontem, afirmando que ia para casa descontente, ou pelo menos, sem o sonho que o embalou para vir a esta Casa, porque estava verificando que o sonho que o trouxe a esta Casa, estava sendo impedido de ser exercido, sonhado e executado, exatamente porque nós estamos vivendo num Parlamento frio, num Parlamento que perde, a cada dia que passa, o seu espaço político, onde nós Parlamentares, tanto do PMDB, como do PP, como do PTB não nos conscientizamos ainda que esta Casa, precisa realmente ser transformada no debate, no forum dos assuntos importantes do Paraná. Quantos assuntos nós temos aí para discutir, assuntos que interessam à economia do Estado.

Vossa Excelência conhece, é o problema da inundação de terras do Paraná, que certamente afetará a economia do nosso Estado, porque terras fertilíssimas estão sendo perdidas em nome da construção de usinas e tantos outros assuntos, que nós, Parlamentares dos dois partidos, poderíamos discutir, inclusive sem o facciosismo, sem aderência partidária, para transformar esta Casa realmente, não no palco dos ataques pessoais, não no palco das insinuações por ouvir dizer, mas no palco do local onde se trabalha efetivamente pelo Paraná. Se há uma série de fatores históricos que fazem com que o Parlamento, de uma maneira geral no Brasil perca a sua função, se a Revolução tem culpa e grande culpa neste particular, em haver retirado uma parte das atribuições dos Parlamentares, nós também temos que nos conscientizar que falhamos em muitos aspectos, tanto a bancada ilustre de Vossa Excelência, quanto a minha bancada.

Nós estamos praticamente, e isto Kelsen, por exemplo já dizia, analisando a crise da democracia e relacionando-a à crise da lei, de que o Parlamento tem sido palco de debates estéreis, não só no País, mas para fazer uma análise geral dos Paramentos, e é preciso que nós Parlamentares, possamos nos constituir em grupos, trabalhar nas comissões para recuperar a credibilidade popular que está sendo afetada, para recuperar, Senhor Deputado Deni Schwartz, Senhores Deputados, aquilo que nos tem sido tirado ao longo do tempo, nós que precisamos modernizar este Parlamento, que não conta com centro de computação, que não conta com uma boa biblioteca, no qual

faltam recursos humanos e materiais necessários ao exercício da atividade Parlamentar correta, íntegra. Creio que a sua intervenção de ontem à noite, não foi um final de tarde triste, mas foi o início da conscientização de todos nós. De que nós Deputados precisamos recuperar o prestígio do nosso Parlamento.

Por isso, me congratulo com Vossa Excelência até quando alerta para a imprensa e para os Parlamentares, de que neste País onde é preciso que haja, intervenção estatal para que alguns setores não caiam nas mãos de multinacionais. Nós precisamos ter muito cuidado para não desmoralizar empresas, como eu disse, empresas paranaenses como a COPEL, que dá emprego para gente do Paraná, que constrói obras para o Paraná, porque nós sabemos que existem outras empresas federais inclusive, como a ELETROSUL, que constrói obras para gerar energias no nosso Estado e para vender para fora.

Pergunto Sr. Deputado o que nós Parlamentares, estamos fazendo em defesa de uma das nossas maiores riquezas que é exatamente o nosso potencial energético?

Será, Sr. Parlamentar, que nós não precisamos direcionar novamente o nosso trabalho nesta Casa. Sem deixar cada um, de exercer o seu papel de crítico, quando provas tiver para exibí-las. E os Parlamentares do Governo, como devem respeitar as críticas nos níveis em que elas forem propostas, devem também, gozar do mesmo respeito e da mesma consideração dos Parlamentares da Oposição.

Muito obrigado, perdoe-me o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que o tempo de Vossa Excelência está esgotado, e a Mesa lhe concede um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Srs. Deputados, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. Um simples requerimento creio eu, não transforma ninguém em réu. Assim também, como um simples título de Cidadão Honorário, não é uma carta de alforria para ninguém.

A mim parece que esse fato, de já ter sido dado um título ao ilustre Cidadão Arturo Andreoli, não o isenta de verificação dos seus atos.

De outra parte o requerimento do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, não é uma carta de um promotor acusando alguém, é um Pedido de Informações e, queira Deus, que a tarde de ontem seja realmente a alvorada de novos dias para esse Parlamento. Porque se for para continuarmos a votar leis que aprovam convênios, fatos já consumados, ou então, reconhecimento de utilidade pública, o melhor é que todos nós tivéssemos a coragem de admitir que esta Casa não existe e necessária não é. Melhor seria, transformarmos esta Casa, talvez numa escola. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão o requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI —

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Um simples requerimento como já se afirmou, desta tribuna, não deveria provocar tanta dúvida em relação a esses assuntos todos que nós estamos falando em função desse problema da COPEL. Gostaria de começar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que realmente na tarde de ontem, aqui não estive presente. E foi por aí que um nobre Deputado desta Casa se surpreendia com a minha ausência, aqui em Plenário.

Mas, gostaria de dizer o seguinte: que durante todo o ano de 79, fui dos mais assíduos Parlamentares aqui nesta Casa, quero dizer a toda a Casa, eu estava no interior organizando o PMDB, fazendo um partido democrático para que realmente possa se implantar neste País a democracia; para que se possa fazer maiorias em Parlamentos que concedam a toda a população o direito de saber aonde estão aplicando o seu dinheiro.

E este Deputado, o nobre Deputado Jurandir Messias, que me chamou a atenção, por ter em determinada reunião nesta Casa pedido o fechamento da Assembléia pelas Forças Armadas, demonstrando o seu alto espírito democrático, não ter o poder de censurar o comportamento deste Deputado, porque eu sou ciente da minha responsabilidade para com o trabalho parlamentar e para com o trabalho do PMDB que está renascendo depois de ter sido golpeado por esta ditadura que teima ainda em penalizar a Nação brasileira.

Outros falaram que eu estou preocupado com nomes. De maneira nenhuma. Tenho suficiente formação ideológica para saber que os homens que estão trabalhando neste País...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Solicitei o aparte várias vezes, Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Por favor, pediria um pouco de respeito para com esse Parlamentar que está na tribuna porque preciso colocar algumas idéias. Concederei todos os apartes que me forem solicitados na hora oportuna.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Com muito prazer, só que eu não considero desrespeito solicitar um aparte a Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Concederei o aparte a Vossa Excelência logo mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as coisas muitas vezes não parecem ser, mas na realidade são. O antropólogo Darci Ribeiro numa peça magistral diz o seguinte: "Que o mundo durante muitos anos ficou acreditando que o sol todo o dia mostrava a sua face, dava uma voltinha pelo espaço e depois ia dormir." E aqueles que ousaram fazer requerimento de informação naquela época para questionar que a coisa não era bem assim, foram jogados na fogueira. Mas naquela época não existia ARENA, porque se a ARENA existisse talvez até hoje nós estaríamos aqui a acreditar que na realidade é o sol que gira em torno da terra.

Galileu e Giordano Bruno, Copérnico, foram todos jogados à fogueira. Tenho a acrescentar que naquela época, Srs. Parlamentares, também não existia a redentora Revolução de Março, e nem o DOI-CODI para torturar e matar milhares de brasileiros.

E o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, há pouco ainda em um aparte ao meu colega Deni Schwartz, dizia que nós deveríamos tratar de coisas importantes, não fazer insinuações. Ora, nobre Deputado, o que existe de mais importante do que o dinheiro do povo?

Eu posso apanhar uma nota de dez cruzeiros aqui e rasgá-la, jogar na lata do lixo. Mas não posso fazer isso com o dinheiro do contribuinte. E quem são esses governichos que existem no País, que durante todos estes anos fizeram com que uma noite negra se abatesse sobre toda a Nação, fazendo com que através da tortura, da morte, do exílio, do banimento, do medo, da censura à imprensa para fazer que o povo realmente não soubesse nada daquilo que estava acontecendo?

A guerrilha do Araguaia, nós ficamos sabendo depois de tanto tempo. E as coisas continuam ainda da mesma maneira. Depois não me engano com reformulação partidária, não me engano com esta anistia mentirosa. Não me engano com a face dourada de amarelo que os Figueiredos da vida andam mostrando por este Brasil afora. A Ditadura é a mesma. O aparelho repressivo está aí mais sofisticado, na ponta dos cascos, para dar outro banho de sangue, para calar a voz dos democratas, daque-

Curitiba, terça, 15/04/80.

les que querem esta Nação pujante, forte, livre, senhora do seu destino.

Mas quando se faz um simples requerimento de informação, já as insinuações, as indagações que deveriam ser feitas a estes que tratam com o dinheiro do povo, não. Vem dizer que nós, como fez o Deputado Jurandir Messias... Diz aqui que este requerimento não tem interesse para a comunidade que estamos procurando beneficiar à uma pessoa, à uma empresa, à um amigo.

Esta assembléia deveria ter assistência médica para ver se este Deputado está no gozo de sua saúde mental. Não é possível, Sr. Presidente...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Pela ordem, Sr. Presidente. Artigo 150, parágrafo 5.º.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa pede ao orador que se encontra na tribuna, que se contenha na forma regimental, bem como das expressões usadas. É um apelo que faz ao nobre Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Se quiser terminar o discurso, não é, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos). — A Mesa concede a palavra e faz um apelo novamente ao nobre Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, quem com quatorze anos e teve no seu corpo cigarros apagados pelos beaguins da direita; quem foi preso e arrancado de dentro de sua casa para fazer depoimento para sub-homens, porcos, que estavam falando em nome do regime, não tem medo do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Então saia para cá, seu...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa suspende a sessão.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência não vê condições para prosseguimento da presente sessão. Como já fez solicitações, no dia de ontem, solicito dos Srs. Líderes de bancada, uma reunião com esta Presidência no Gabinete da Presidência.

Está suspensa a sessão. A Presidência marca outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 197 e 198/79 e 3 e 4/80.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Renato Bueno, em sessão plenária do dia 15 de abril de 1980.

"CID CAMPÊLO

Completa, hoje, um ano de sua morte. Nada melhor, para lembrá-lo e homenageá-lo, do que rever alguns velhos escritos, daquele que tanto gostava de usar a pena. E usava-a nos seus diferentes misteres, como jornalista, magistrado, político, filólogo e professor.

São velhos escritos, mas os temas são eternamente atuais.

Sobre os juizes, em artigo publicado no jornal O DIA, de 22 de maio de 1932:

"Julgar, não é menos que uma arte. Talvez seja a mais sutil das artes. Por isso mesmo, a quem a executa é indispensável exercício continuado, um hábito paciente, com estudo, com dedicação, conhecer-lhe os menores segredos, para que venha a ser nela insigne. Não nasce o artífice, nem se improvisa. Para atingir o aperfeiçoamento almejado, tem o obreiro que subir de degrau em degrau, sem dar saltos, sem se precipitar, isso o juiz, o advogado, quem quer siga a sua inclinação ou o seu fado".

No mesmo trabalho falando sobre a diferença entre o juiz e o advogado:

"Entre o juiz e o advogado há esta diferença, que o advogado vê mais um lado da questão, e o juiz vê igualmente ambos; o advogado, quando contrata a causa, já a julgou, o juiz não julga senão no fim".

Discorrendo sobre a reforma judiciária, em o jornal O DIA, de 28/05/32:

"À Justiça consagrou a antiguidade um templo, deu no Olimpo um lugar de realce: era deusa. A mesma antiguidade a figurou num corpo esbelto de mulher, vendou-lhe os olhos, porque não viesse distinguir de homem a homem, pos-lhe uma espada numa das mãos, e, na outra, a balança da equidade: era incorruptível. E como deusa, juntamente incorruptível, tem, neste símbolo, atravessado os tempos".

A respeito do cristianismo:

"Tirar do mundo o cristianismo é acabar com o mundo. Para o comprovar não se torna mister a demonstração de um Paulo de Tarso, um Paulo Agostinho, um Vieira, ou um Bossuet. Um profano basta: Renan. O grande filósofo e estilista, em toda a sua erudita e laboriosa "História das Origens do Cristianismo", desde a "Vida de Jesus a Marco Aurélio", não fez galhardamente senão isso. Provou-o com largueza e maestria. Tudo que a humanidade, do mais profundo de seu alicerce, tem de bom e de decente deve ao cristianismo. Daquela este é o realce, consubstanciado na Igreja Romana, sua intérprete única. Resta, portanto, ao catolicismo, pelos seus elementos políticos, coordenar a marcha dos acontecimentos, a fim de evitar lamentáveis confusões vindouras".

(O DIA, 22 de dezembro de 1932).

Alertando dos perigos de uma segunda grande guerra, em artigo publicado no O DIA, de 09 de maio de 1934:

"Outro choque, em seguida, aguardado com impaciência e comentado com azedume, é o da França com a Alemanha, desfeito como foi o doce sonho de Bismarck, com a reconquista da Alsácia e Lorena pelos petulantes comandados do venturoso Foch, sem embargo da contradita de Emílio Ludwig. Ora, a França possui atualmente o mais forte, o mais temível exército da Europa. A Alemanha não o ignora, sabendo disso melhor que ninguém. E por essa razão se arma, arma-se sorrateiramente, precavidamente, sem, a tal respeito, dar atenção alguma ao mistificado tratado de Versailles".

Em artigo publicado no mesmo jornal O DIA, de 06 de julho de 1935, assim escreveu:

"Diz Platão que os homens são árvores às avessas, acrescentando com finura o Padre Vieira que serão homens às direitas, se souberem morrer bem.

O morrer depende do viver. Dize-me como vives e dir-te-ei a morte que terás. Quem quiser ter morte boa, procure viver bem, segundo todas as regras da "honesta forma", não da sociedade romana, que era extremamente depravada, mas de alguns de seus intelectuais, resumidas depois elegantemente por Alcino Guanabara, naquela reta traçada entre a Liberdade e a Justiça — os dois pólos que envolvem todas as nossas ações. Liberdade e Justiça andam juntas e não se podem separar: justiça sem liberdade, torna a vontade sujeita; liberdade, sem justiça, é a eterna, a constante ameaça. O verdadeiramente justo é livre, mesmo numa enxovia, como Inácio de Loyola".

Por fim, sobre CID CAMPÊLO, disse o Desembargador Francisco Cunha Pereira, ao lhe ser transmitido o cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral:

"Como amigo soube ser leal e simples, fazendo de cada um que se lhe aproximasse um verdadeiro amigo, e dos seus amigos, que com ele conviveram um verdadeiro admirador".

Atos do FEPPA:

RELATÓRIO DO CONTADOREx.^{mo} Sr.

DR. JORGE SATO

DD. Presidente do Fundo Estadual de

Previdência do Parlamentar — FEPPA

Ao apresentar os **BALANÇOS** encerrados em 31 de dezembro de 1979, cabe-me como Contador deste Fundo prestar os necessários esclarecimentos sobre tais documentos e operações neles refletidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

O patrimônio evidenciado no Balanço em questão como se depreende da demonstração abaixo apresenta um saldo no exercício de Cr\$ 15.277.019,46 mais o resultado dos exercícios anteriores elevaram o Patrimônio Líquido para o total de Cr\$ 46.066.295,87.

ATIVO

Disponível	33.136.830,05	
Realizável	10.899.365,82	
Imobilizado	30.100,00	44.066.295,87

PASSIVOPATRIMÔNIO LÍQUIDO

Do Exercício	15.277.019,46	
Exercício Anterior	28.789.276,41	44.066.295,87

As contas mencionadas neste Balanço devem ser interpretadas como segue:

ATIVO

DISPONÍVEL: representa os valores em Bancos existentes em 31 de dezembro de 1979.

REALIZÁVEL: representa importâncias aplicadas em empréstimos concedidos a associados de acordo com previsto na Lei 6639/74, artigo 26.

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: representa o resultado obtido nos (5) cinco exercícios de existência do órgão.

BALANÇO FINANCEIRO :

Este Balanço tem por finalidade demonstrar o movimento do exercício, os recursos recebidos, bem como saldos disponíveis, e pode ser sintetizado como segue:

SALDO ANTERIOR 28.759.176,41

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Renda de Juros	12.127.497,05	
Renda de		
Transferências	2.131.082,00	
Renda de		
Contribuições	5.117.603,44	20.376.182,49
		49.135.358,90

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesa realizada 5.099.163,03

SALDO PARA 1980 44.036.195,87

CONCLUSÕES

Desejo ressaltar esclarecimentos que se fazem necessários:

I — Não houve nenhum empréstimo feito ao FEPPA por terceiros.

II — Não houve nenhum empréstimo feito pelo FEPPA a serventuários.

III — Não foi feito financiamento ao FEPPA por terceiros.

IV — Não foi feito nenhum financiamento pelo FEPPA a terceiros.

V — Foram efetuados empréstimos apenas a Beneficiários de acordo com a Lei 6639/74, artigo 26.

VI — Não foram feitos auxílios ou doações a Inst. Educacionais.

VII — Não houve aquisição de Bens Imóveis.

VIII — Não foram feitas bonificações a terceiros.

IX — Não existe nenhum funcionário com saldo de número em seu poder.

X — Não existe nenhum servidor responsabilizado por falta verificada em valores cuja guarda estivesse responsável.

XI — Todos os serventuários responsáveis por adiantamentos fizeram sua comprovação dentro do prazo legal estabelecido nas instruções de serviço específico.

XII — Todas as despesas relativas aos adiantamentos tomados por serventuários tiveram sua comprovação aceita pelo órgão próprio, e, satisfizeram todas as exigências substanciais

Curitiba, 31 de janeiro de 1980.

a) ARY DOS SANTOS

Contador CRC-47 PR

CONTA DE RESULTADO

Encerrada em 31 de dezembro de 1979

CONTA DE RESULTADODIVERSOSMATERIAL DE CONSUMO

Saldo desta conta 7.123,50

SERVIÇOS DE TERCEIROS

Saldo desta conta 26.093,50

PENSIONISTAS

Saldo desta conta 4.803.326,00

SEGUROS

Saldo desta conta 262.620,03

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultado no exercício	15.277.019,46	20.376.182,49
------------------------	---------------	---------------

DIVERSOSCONTA DE RESULTADORENTA DE CONTRIBUIÇÕES

Saldo desta conta 5.117.603,44

RENTA DE TRANSFERÊNCIAS

Saldo desta conta 2.131.082,00

RENTAS DIVERSAS

Saldo desta conta 13.127.497,05 20.376.182,49

aa) JORGE SATO

Presidente

ANTÔNIO FACCI

Tesoureiro

ARY DOS SANTOS

Contador CRC-47 PR

PARECER DO CONSELHODELIBERATIVO

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a conta de Resultado Geral e demais documentos relativos ao exercício de 1979, encontraram tudo na mais perfeita ordem, pelo que recomendam a sua aprovação à Assembléia.

Curitiba, 14 de abril de 1980

aa) FLORISVALDO PALÁCIOS

DOMÍCIO SCARAMELLA

WERNER WANDERER

PAULO CAMARGO

Balanços:

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR -- FEPPA

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Banco Est. Paraná S/A.		Existente em	
Agência C. Cívico	1.136.407,40	31.12.78	28.789.276,41
Banco Est. Paraná S/A		No exercício	15.277.019,46
C/Poupança	422,65		44.066.295,87
Banco Est. Paraná S/A			
Prazo Fixo	30.000.000,00		
Caixa Econ. Federal			
C/Poupança	2.000.000,00		
	33.136.830,05		
REALIZÁVEL			
Empréstimos concedidos	10.899.365,82		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	30.100,00		
TOTAL GERAL	44.066.295,87		44.066.295,87

Reconhecemos a exatidão do presente balanço somando a importância de "Quarenta e quatro milhões, sessenta e seis mil, duzentos e noventa e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos".

aa) JORGE SATO
Presidente

ANTÔNIO FACCI
Tesoureiro

ARY DOS SANTOS
Contador CRC-47 PR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR -- FEPPA

BALANÇO FINANCEIRO

PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

RECEITA		DESPESA	
Renda de Juros	13.127.497,05	Material de Consumo	7.123,50
Renda de Transferências	2.131.082,00	Serviços de Terceiros	26.093,50
Renda de Contribuições	5.117.603,44	Pensionistas	4.803.326,00
	20.376.182,49	Seguros	262.620,00
			5.099.163,03
Saldos exercício anterior		Saldos p/o exercício seguinte	
Empréstimos concedidos	3.194.430,04	Empréstimos	
Bancos	25.556.146,71	concedidos	10.899.365,82
Caixa	8.599,66	Bancos	33.136.830,05
	28.759.176,41		44.036.195,87
TOTAL	49.135.358,90	TOTAL	49.135.358,90

aa) JORGE SATO
Presidente

ANTÔNIO FACCI
Tesoureiro

ARY DOS SANTOS
Contador CRC-47 PR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR -- FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA AUTORIZA COM A REALIZADA
EXERCÍCIO DE 1979

TÍTULOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES			
DESPESAS DE CUSTEIO			
Pessoal	80.000,00	-----	80.000,00
Material de Consumo	200.000,00	7.123,50	192.876,50
Serviços de Terceiros	200.000,00	288.713,53	88.713,53
Encargos Diversos	100.000,00	-----	100.000,00
SOMA	580.000,00	295.837,03	284.162,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Pensionistas	5.600.000,00	4.803.326,00	796.674,00
SOMA	5.600.000,00	4.803.326,00	796.674,00
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	100.000,00	-----	100.000,00
SOMA	100.000,00	-----	100.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS			
Concessões de Empréstimos	15.120.000,00	10.899.365,82	4.220.634,18
SOMA	15.120.000,00	10.899.365,82	4.220.634,18
SOMA GERAL	21.400.000,00	15.998.528,85	5.401.471,15

aa) JORGE SATO
Presidente

ANTÔNIO FACCI
Tesoureiro

ARY DOS SANTOS
Contador CRC-47 PR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
ORÇAMENTO DA RECEITA E SUA EXECUÇÃO
EXERCÍCIO DE 1979

TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Valores Mobiliários				
Juros e Correção Monetária	12.000.000,00	13.127.497,05	1.127.497,05	-----
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
Renda de Contribuições	9.200.000,00	7.248.685,44	-----	1.951.314,56
OUTRAS RECEITAS				
Rendas Eventuais	200.000,00	-----	-----	200.000,00
	21.400.000,00	20.376.182,49	1.127.497,05	2.151.314,56

aa) JORGE SATO
Presidente

ANTÔNIO FACCI
Tesoureiro

ARY DOS SANTOS
Contador CRC-47 PR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDENCIA PARLAMENTAR - FEPPA

ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 1980

SUMARIO GERAL

1.0.0.0 – RECEITAS CORRENTES		
1.2.2.0 – REC. VALORES MOBILIARIOS	25.000.000,00	
Juros e Correção Monetária		
1.4.0.0 – TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.000.000,00	
1.4.6.0 – Contribuições		
1.4.6.2 – Cont. do Estado - Ass. Legislativa	2.000.000,00	
Lei 6639/74 art. 6		
Cont. do Estado		
Lei 6639/74 art. 23		
1.5.9.9 – OUTRAS RECEITAS		
Rendas Eventuais		
		10.500.000,00
		150.000,00
		50.000,00
		250.000,00
		50.000,00
		10.000.000,00
		600.000,00
		34.100.000,00
total geral	45.200.000,00	total geral
		34.700.000,00
		45.200.000,00

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDENCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCICIO DE 1979

VARIAÇÕES ATIVAS	VARIAÇÕES PASSIVAS
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RENDA DE CONTRIBUIÇÕES	5.117.603,44
RENDAS DE TRANSFERENCIAS	2.131.082,00
RECEITA DE VALORES IMOBILIARIOS	13.127.497,05
TOTAL GERAL	20.376.182,49
	DESPESAS DE CUSTEIO
	5.099.163,03
	RESULTADO PATRIMONIAL
	Pelo verificado no Exercício
	15.277.019,46
	TOTAL GERAL
	20.376.182,49

JORGE SATO
Presidente

ARY DOS SANTOS
Contador CRC 47 PR

ANTONIO FACCI
Teseureiro